DEBATE
DEBATE capes
DEBATE

Nº ESPECIAL
MAIO/1981

O FINANCIAMENTO À PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Os presidentes das Comissões de Consultores da CAPES, reunidos em Brasília, nos dias 11 e 12 de maio corrente, expressaram à Direção da CAPES a enorme preocupação da comunidade científica do País para fatos relacionados com o financimento da pesquisa e da pós-graduação. Basicamente, estão preocupados: (i) com os possíveis efeitos de uma retirada nos orçamentos de pesquisa dos ítens referentes à manutenção dos programas (notadamente os oriundos dos projetos financiados pela FINEP); (ii) com os desníveis entre os vários setores do conhecimento e, (iii) com a diminuição das verbas destinadas ao fomento científico do País.

Através de documento escrito, registraram essas preocupações e enfatizaram a necessidade de se encontrar mecanismos ágeis dentro do próprio MEC para que o financiamento da infraestrutura seja garantido.

Ao entregar o documento a esta Direção, o grupo solicitou que o mesmo fosse amplamente divulgado e oficialmente remetido às autoridades que diretamente têm a ver com o desenvolvimento científico e tecnológico do País.

A CAPES entende que o documento dos Presidentes, ao mesmo tempo em que exprime a inquietação presente, retoma uma preocupação antiga registrada em 1975 no Plano Nacional de Pós-Graduação.

Este fato não exime o tema de uma discussão mais ampla. Por isso, ao divulgar o documento, através deste número especial do DEBATE CAPES, esperamos colher opiniões úteis à definição de futuras políticas.

Comentários ao documento poderão ser dirigidos ao DEBATE CAPES ou diretamente aos Presidentes das Comissões ou Representantes de área, listados a seguir.

Hélio Barros
CAPES

MEC
SECRETARIA DE ENSINO SUPERIOR

1. Afrânio Aragão Craveiro
   Universidade Federal do Ceará
   Departamento de Química
   Caixa Postal 935
   60.000 — Fortaleza, CE
2. Afrânio dos Santos Coutinho
   Universidade Federal do Rio de Janeiro
   Faculdade de Letras
   Av. Chile, 330
   20.031 — Rio de Janeiro, RJ
3. Aino Victor Ávila Jacques
   Universidade Federal do Rio Grande do Sul
   Faculdade de Agronomia
   Av. Bento Gonçalves, 7712
   90.000 — Porto Alegre, RS
4. Antonio Augusto Arantes Neto
   Universidade Estadual de Campinas
   Departamento de Antropologia
   Campus Universitário — Barão Geraldo
   13.100 — Campinas, SP
5. Aiz Nacib Ab'Saber
   Universidade de São Paulo
   Instituto de Geografia
   Cidade Universitária — Butantã
   05.508 — São Paulo, SP
6. Bolivar Lamounier
   IDESP
   Rua Franco da Rocha, 163
   05.015 — São Paulo, SP
7. Carlos José Pereira de Lucena
   Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
   Departamento de Informática
   Rua Marquês de São Vicente, 225 — Gávea
   22.453 — Rio de Janeiro, RJ
8. Carlos Osmar Bertero
   IAESP/FGV
   Av. 9 de Julho, 2029
   01.313 — São Paulo, SP
9. Eduardo Peñuela Cañizal
   Universidade de São Paulo
   Escola de Comunicação e Artes
   Departamento de Teatro, Cinema, Rádio e Televisão
   Cidade Universitária — Butantã
   05.508 — São Paulo, SP
10. Fernando Antonio F. Cardoso da Silva
    Universidade Federal de Pernambuco
    Departamento de Matemática
    Cidade Universitária
    50.000 — Recife, PE
11. Magda Becker Soares
    Universidade Federal de Minas Gerais
    Faculdade de Educação
    Av. Antonio Carlos — Pampulha
    30.000 — Belo Horizonte, MG
12. Maria Adélia Aparecida de Souza
    Universidade de São Paulo
    Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
    Cidade Universitária — Butantã
    05.508 — São Paulo, SP
13. Maria Alice Magalhães D'Amorim
    Universidade de Brasília
    Departamento de Psicologia
    Campus Universitário — Asa Norte
    70.910 — Brasília, DF
14. Mário Rubens Guimarães Montenegro
    Faculdade de Medicina de Botucatu
    Departamento de Patologia
    18.600 — Botucatu, SP
15. Regis Bonelli
    INPES
    Av. Presidente Antonio Carlos, 51 — 17º andar
    20.020 — Rio de Janeiro, RP
16. Sebastião Interlandi
    Universidade de São Paulo
    Faculdade de Odontologia
    Rua Três Rios, 363 — Bom Retiro
    01.123 — São Paulo, SP
14. Sérgio Machado Rezende
    Universidade Federal de Pernambuco
    Departamento de Física
    Cidade Universitária — Engenho do Meio
    50.000 — Recife, PE
18. Sidney Stuckenbruck
    Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
    Departamento de Engenharia Mecânica
    Rua Marquês de São Vicente, 225 — Gávea
    22.453 — Rio de Janeiro, RJ
19. Tércio Sampaio Ferraz Júnior
    Av. Paulista, 66 — Apto. 51
    01.310 — São Paulo, SP
20. Vilmar Faria
    Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
    Setor de Pós-Graduação
    Departamento de Sociologia
    Rua Monte Alegre, 984 — Perdizes
    05.014 — São Paulo, SP
21. Wolfgang Christian Pfeiffer
    Universidade Federal do Rio de Janeiro
    Instituto de Biofísica
    Cidade Universitária — Ilha do Fundão
    21.941 — Rio de Janeiro, RJ

SECRETARIA de ENSINO SUPERIOR

O FINANCIAMENTO À PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Documento elaborado pelos Presidentes das Comissões de Consultores da CAPES.

Reunidos na sede da CAPES nos dias 11 e 12 de maio, os Presidentes das Comissões de Consultores discutiram a atual situação do financiamento das atividades de pesquisa e pós-graduação nas universidades brasileiras e em centros de pesquisa e ensino, decidindo divulgar as seguintes reflexões:

1. É de constatação simples o fato de que as atividades de pesquisa no Brasil só puderam sair do caráter individualista e adquirir certo grau de institucionalização com a criação de mecanismos de financiamento externos à universidade. Inicialmente o BNDE, na década de 60, e posteriormente a FINEP, financiaram a criação e a expansão de muitos programas de pós-graduação e pesquisa. Em vários casos, a pós-graduação propiciou a transformação de departamentos ou institutos em unidades dinâmicas de ensino, e, na medida em que os cursos de mestrado e doutorado se consolidam, esse benefício será mais marcante e extensivo.

2. A ação das agências financiadoras não se deu, com a mesma ênfase, em todas as áreas do conhecimento, mas é forçoso reconhecer que, em geral, permitiu a formação de grupos e programas em torno dos melhores pesquisadores do País. Isto não decorreu do acaso, mas sim do processo de seleção dos programas a serem financiados, com base em critérios de avaliação estabelecidos com assessoria da comunidade acadêmica e analisados sem as injunções políticas de cada universidade.

3. Apesar do sucesso dos mecanismos de financiamento da pós-graduação e pesquisa, o sistema atual tem inúmeros defeitos e não pode ser considerado definitivo. O mais sério defeito é a excessiva dependência dos cursos de pós-graduação, e dos próprios departamentos, aos financiamentos externos para a sua manutenção básica. O caráter temporário desses financiamentos, baseado em projetos de ciclo anual ou bienal, gera com freqüência crises periódicas nas instituições que, por motivos diversos, têm se tornado mais graves nos últimos anos.

Na busca de mecanismos mais estáveis e eficientes de financiamento, há clareza e unanimidade sobre alguns pontos:

a) Deve caber às universidades e ao MEC a responsabilidade pela manutenção básica (infraestrutura) das atividades de pós-graduação e pesquisa. Dentre os ítens que compõem a manutenção podem ser citados: remuneração de pessoal técnico e de apoio administrativo em níveis compatíveis com o mercado de trabalho; custeio de material de ensino e de consumo dos laboratórios, oficinas e setores de apoio técnico e administrativo, custeio de serviços de terceiros e de viagens nacionais de professores (participação em banca de teses, pesquisas, etc.), aquisição de livros, revistas, peças e acessórios, equipamentos de reposição, biotério, viveiros, etc.

b) A pesquisa, na universidade ou em qualquer outra instituição, precisa sempre de um adicional específico, que se materializa através de um projeto. Esse projeto deve ser avaliado pela própria comunidade acadêmico-científica — julgamento dos pares — e deve evitar, ao máximo, previsão de recursos que se caracterizem como "manutenção"básica do grupo. Em outras palavras: quanto menos de "manutenção" houver nos adicionais para a pesquisa, mais estável será a comunidade científica do País.

c) Os responsáveis pela administração central das universidades não têm demonstrado, em geral, sensibilidade para conduzir os complexos problemas de pesquisa e da pós-graduação. A universidade não possui mecanismos para discriminar e selecionar, tendendo a promover, entre os departamentos e os docentes, o rateio igualitário de seus recursos. Isso explica a tendência de deixar que a pós-graduação e a pesquisa dependam integralmente de auxílios externos.

d) A manutenção da pós-graduação e da pesquisa, por parte do MEC, deverá ser feita através de projetos avaliados por sua qualidade científica e humanística — no caso dos grupos existentes — ou por seu potencial — no caso dos grupos em formação — de maneira que não se perca de vista a especificidade de cada área. A avaliação e o acompanhamento desses projetos devem ser feitos por Comissões de Consultores, segundo o mesmo critério de julgamento dos pares adotado para avaliação de cursos e distribuição de bolsas de estudo.

e) A pluralidade das agências de fomento à pesquisa é essencial ao desenvolvimento e à vitalidade da Ciência e da Tecnologia no País. O notável papel do FUNTEC/BNDE, no passado, e do FNDCT/FINEP, no presente, deve ser reconhecido para que se preserve a sua função de apoio à pesquisa nacional, seja em sua forma básica, aplicada ou no desenvolvimento de protótipos.

f) Novos mecanismos de financiamento da infraestrutura e da manutenção básica das unidades de pesquisa e pós-graduação devem privilegiar os atuais centros de pesquisa e pós-graduação reconhecidamente de bom nível, nos quais a maior parte da produção científica do País é gerada. O repasse aos centros de pós-graduação deverá ter um caminho próprio, a fim de que possa chegar com rapidez ao pesquisador.

g) Os recursos destinados ao progresso científico, tecnológico e humanístico devem ser fixados em níveis compatíveis com o desenvolvimento do País. A análise da situação atual indica a necessidade de um aumento significativo desses recursos.

h) O apoio às atividades de pesquisa e pós-graduação deve também visar ao fortalecimento das instituições como um todo, criando condições mais sólidas para que a universidade se realize plenamente como instituição autônoma.

Brasília, maio de 1981.